



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0009208-71.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **ALEXANDRO VANDERLEI DE LIMA**
 Requerido: **Zainun Celulares Ltda Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

A ré é revel.

Citada regularmente ele deixou de comparecer à audiência designada, de modo que se aplicam as consequências previstas no art. 20 da Lei nº 9.099/95.

Por outro lado, o documento de fl.2 e o procedimento elaborado junto ao PROCON conferem verossimilhança à reclamação do autor, exceto quanto ao pedido de indenização a título de lucros cessantes, porquanto ele não cuidou de amealhar uma prova sequer que desse respaldo às suas alegações, nesse particular.

Prospera, pois, em parte a pretensão deduzida.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a proceder à devolução para o autor do aparelho celular SAMSUNG GT-562013 nas mesmas condições em que fora deixado no estabelecimento



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

da ré em dezembro de 2013, bem a pagar ao autor a quantia de R\$ 120,00, com correção monetária a partir da data do seu desembolso, e juros de mora, contados a partir da citação.

Fixo para o cumprimento da obrigação o prazo máximo de 15 dias, contados após o trânsito em julgado desta, sob pena de não o fazendo incidir em multa diária no importe de R\$ 50,00, até o limite de R\$ 500,00.

Transitada em julgado, intime-se o réu pessoalmente para cumprimento da obrigação (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça), bem como para efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, também no prazo de 15 dias, sob pena de incidência da multa de 10% sobre este valor, nos termos do art. 475-J, do Código de Processo Civil.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 24 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**